

A CONTEMPORANEIDADE E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Inês Hennigen

Resumo

Entendendo que a análise da contemporaneidade é fundamental para a pesquisa em ciências humanas e sociais, focalizo nesses artigos algumas de suas peculiaridades tomando como pano de fundo as críticas ao projeto da Modernidade, cujos desdobramentos fazem-se sentir em nosso tempo. A reflexão acerca do seu modelo de ciência, que para alguns/mas estaria falido, abre espaço para a discussão acerca de outras possibilidades para o fazer científico - o que chamo de ciências 'não-modernas' -, a saber, as perspectivas teórico-metodológicas dos Estudos Culturais, Estudos Feministas e Estudos Foucaultianos.

Palavras-chave: contemporaneidade, modernidade, ciência.

THE CONTEMPORARY WORLD AND NEW PERSPECTIVES FOR THE KNOWLEDGE PRODUCTION

Abstract

Understanding that the analysis of the contemporary world is basic for the research in social and human sciences, in this article focus on some of its peculiarities taking as background the critique to the Modernity project, whose unfoldings we can sense in our time. The reflection concerning its science model, which for some people would be insolvent debtor, gives an opportunity for the discussion concerning other possibilities to scientific production - what I call not-modern sciences -, to know, the theoretical-methodological of the Cultural Studies, Feminists Studies and Foucaultian Studies.

Key-words: contemporary world, Modernity, science.

A expressão contemporaneidade aparece de forma recorrente nas produções acadêmicas das ciências humanas e sociais, sendo empregada para sinalizar que a pesquisa ou escrito refere-se a uma situação ou processo que está acontecendo no nosso tempo e que este possui uma especificidade importante: é marcado por transformações em variadas esferas, o que lhe dá contornos complexos. Contudo, o que se encontra, muitas vezes, é apenas a mera alusão ao termo, sem uma reflexão mais aprofundada.

Analisar a contemporaneidade é difícil não só em função da sua complexidade e mutabilidade, mas porque é complicado nos distanciarmos de nosso próprio tempo. Em função disso, algumas vezes, o contraponto com o passado é buscado para, apontando diferenças, compreender-se as nossas formas de ser e estar no mundo. Focalizar a Modernidade e mostrar os deslocamentos e rompimentos que se processaram e/ou estão em curso é um recurso para empreender tal análise.

Penso, em sintonia com Rose (2001, p. 36), que a condição contemporânea implica certas possibilidades de ser e estar no mundo uma vez que os “... dispositivos de ‘produção de sentidos’ (...) *produzem* a experiência”. Assim, neste artigo, focalizo algumas peculiaridades do contemporâneo tomando como pano de fundo as críticas ao projeto da Modernidade, cujos desdobramentos fazem-se sentir em nosso tempo. A reflexão acerca do seu modelo de ciência, que para alguns/mas estaria falido, abre espaço para a discussão de outras possibilidades para o fazer científico - o que chamo de ciências ‘não-modernas’ -, a saber, as perspectivas teórico-metodológicas dos Estudos Culturais, Estudos Feministas e Estudos Foucaultianos.

A contemporaneidade: reflexões sobre a Modernidade e a pós-modernidade

Seria possível definir o que é contemporaneidade? Perguntas do tipo ‘que é isso?’, para Wortmann e Veiga-Neto (2001), são pouco produtivas. Seguindo a perspectiva deleuziana, eles propõem que, em vez de almejar um conceito suficiente sobre o ‘isso’, devem-se buscar as formas como o ‘isso’ se manifesta, produz efeitos, relaciona-se com outras coisas conhecidas. Neste sentido, não é possível encerrar a compreensão da contemporaneidade em um conceito, sendo mais pertinente descrevê-la como um conjunto de condições que produzem e são produzidas por uma ampla gama de processos - sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, etc.

Para Veiga-Neto (1999, p. 57), dizer que um “... processo ocorre num cenário implica dizer que processo e cenário estão indissolúvelmente conectados.” Penso que com esse significado a contemporaneidade pode ser vista como um cenário. Tal como no teatro, os acontecimentos em cena ganham certas significações em função do cenário e, ao mesmo tempo, o cenário vai adquirindo significados à medida que a trama desenrola-se. Assim, não há uma condição prévia,

exterior à produção dos acontecimentos, que seria uma espécie de causa: condições contemporâneas, processos sociais, políticos, econômicos e práticas culturais engendram-se mutuamente.

Então, como caracterizar, descrever, compreender a contemporaneidade? Analistas de diversas áreas, perspectivas teóricas e posições políticas têm-se debruçado sobre esta questão. Até um novo conceito, o de pós-modernidade, foi introduzido por Lyotard em 1979 para marcar nossa condição radicalmente diferente do que acontecia até meados do século XX¹.

Kumar (1999) pensa que o ‘pós’ de pós-modernidade é ambíguo: pode significar o que vem depois ou remeter à reflexão sobre a experiência da Modernidade, o que não implica a “... percepção necessária de um novo começo, mas apenas um senso melancólico de fim” (p.79). Distinguindo Modernidade – as condições intelectuais, sociais e políticas que criaram o mundo moderno – de Modernismo – movimento cultural do final do século XIX, afirmação e crítica da Modernidade - o autor lembra que a expressão latina *modernus* apareceu na Idade Média como antônimo de *antiquus*: a Modernidade seria, então, uma invenção da Idade Média cristã para estabelecer um contraste entre o mundo antigo (pagão) e o moderno (cristão).

A filosofia cristã da História foi fundamental para a Modernidade: o tempo passou a ser visto com significado e finalidade a partir da referência a um evento irrepetível - a vinda de Cristo. Nesta visão escatológica da História, uma seqüência compreensível une os tempos, cronológica e teleologicamente.

Ele [tempo] é mostrado como linear e irreversível, ao contrário dos ciclos e recorrências do pensamento antigo. O cristianismo conta uma história com um começo (a criação e o pecado original), um meio (o advento de Cristo) e um fim (o Segundo Advento) – e insiste nessa ordem necessária dos eventos. Simultaneamente, inverte a cronologia e interpreta a

¹ O livro *The postmodern condition*, publicado por Lyotard, mais do que introduzir um novo conceito no cenário das ciências sociais, teve o mérito de aquecer o debate sobre as transformações que se processavam em nossa sociedade. Passado mais de 20 anos, não existe consenso quanto ao conceito de pós-modernidade, que tem recebido significados distintos e gerado muita discussão: o que para alguns é pós-modernidade, para outros é alta modernidade ou modernidade tardia (TASCHNER, 1999). Para além desse debate, uma outra distinção também é empreendida: alguns/mas teóricos/as marcam a diferença entre o pós-modernismo – que estaria mais referido ao movimento no âmbito das artes, da arquitetura, enfim, da cultura – e a pós-modernidade – que sinalizaria as mudanças sociais e a superação da Modernidade.

história de frente para trás, a partir de seu ponto final. É orientada para o futuro. Satura o presente com um senso de expectativa, criando uma tensão permanente entre o presente e o futuro. Considera o passado um simples prólogo para o presente, a caminho de concretizar a promessa do futuro (KUMAR, 1999, p. 81).

Tal conceito de história não teve importância ao longo da Idade Média e só precipitou a idéia de Modernidade no final do século XVII, quando se secularizou. Além disso, também foi necessário que se abandonasse o fascínio e a reverência que a Renascença imputou ao período clássico. O movimento renascentista de ataque à autoridade da Igreja e dos pensadores medievais formulou novos padrões críticos e racionais, que acabaram usados contra todas as formas de autoridade intelectual, inclusive a dos antigos. Persistia, porém, a idéia de que, assim como o crescimento e o progresso, a decadência e a degeneração eram partes integrantes da história humana, numa referência ao ciclo de crescimento, corrupção e declínio das civilizações passadas ou de crescimento, maturidade e velhice/morte do ser humano. A noção de progresso, ligada à ciência e à razão, base da nova idéia de Modernidade, foi construindo-se no século XVIII, com o apagamento da expectativa apocalíptica de fim do mundo. As divisões temporais passaram então a ser tomadas como estágios da história mundial, num modelo evolucionário da humanidade (KUMAR, 1999).

A Revolução Francesa, neste sentido, representou a criação de algo inteiramente novo, sendo uma das expressões – e veículos – da nova consciência: o período moderno objetivava a obtenção de liberdade, sob a orientação da razão. Por outro lado, a Revolução Industrial forneceu à Modernidade a substância material. Kumar (1999) estranha que as análises da Modernidade, em geral, focalizam somente as idéias – tomadas com ideologia, estilo cultural, etc. Para ele, o mundo não seria moderno sem a industrialização, sem as técnicas. A tecnologia industrial foi uma condição básica para que a sociedade ocidental pudesse ser a civilização mundial, que suplantava – pelo poder, mercadorias, navios e canhões – povos não-industriais.

A idéia de Modernidade do século XVIII enfrentou uma complexa reação no século XIX. O Modernismo deu continuidade aos seus princípios e desafiou-a em seu próprio núcleo. De um lado colocava-se a ciência, a razão, o progresso, o industrialismo; e, de outro, sua refutação e rejeição em favor do sentimento, intuição e livre uso da imaginação. Tal dilema que a Modernidade impôs a si mesma é visto,

por alguns analistas, como consequência da elevação do ideal do indivíduo autônomo, autodirigido (KUMAR, 1999).

Para Siqueira (1999), uma série de condições conjugou-se e possibilitou o deslocamento do lugar ocupado pelo homem na transição entre a Idade Média e Moderna: a Reforma Protestante, que o aproximou de Deus; o Humanismo Renascentista que o colocou no centro do universo; as revoluções científicas que lhe forneceram meios e motivos para investigar a natureza; e o Iluminismo que o via racional, livre de superstições, pronto para conhecer a natureza e a própria humanidade. Assim a “... concepção de indivíduo soberano, centrado em si mesmo, unificado, dotado de razão, consciência e poder de ação, essencialmente o mesmo ao longo de sua trajetória no mundo, significou uma ruptura com a tradição teocentrada secular” (p. 74).

Duas características foram fundamentais: a noção de individualidade e a noção de sujeito fonte e origem da razão, conhecimento e prática. Entretanto, com a crescente complexificação das sociedades, o sujeito passou a ser também definido e localizado no interior das grandes estruturas da sociedade moderna, ‘nascendo’ o sujeito social. Produziu-se uma visão interacionista, que postulava a interação sob a forma de uma reciprocidade estável entre duas entidades conectadas, mas distintas: o indivíduo e a sociedade. O Modernismo, de certo modo, exacerbava o caráter deste sujeito ao eleger, como tendência na literatura, ressaltar o fluxo da consciência, tal como em *Mrs. Dalloway*, de Virgínia Woolf. Por outro lado, no teatro e na pintura, as personagens e figuras humanas eram retratadas como ambíguas e fragmentadas.

Estas são algumas características daquele que passou a ser chamado de projeto da Modernidade que, segundo Veiga-Neto (2000), talvez tenha falhado não por ser de difícil consecução, mas porque partiu de premissas falsas ou não-generalizáveis. E, na esteira de suas contradições e impasses, que analistas do nosso tempo estão cada vez mais fazendo menção ao conceito de pós-moderno.

A referência ao conceito de pós-modernidade na análise da contemporaneidade suscita idéias de ruptura e de instalação de uma nova ordem, em função das transformações que se têm processado em nossa sociedade. Entretanto, no âmbito acadêmico não existe consenso quanto a estarmos vivendo em um novo período histórico, com princípios organizadores próprios e suficientemente diferentes daqueles característicos da Modernidade. Contudo, estimulada por esse debate, a análise social e cultural da contemporaneidade tornou-se mais complexa,

surgiram diferentes perspectivas teóricas para compreender as mudanças observadas no cenário mundial.

Tais mudanças perpassam todo o tecido social: transformações tecnológicas - principalmente nos sistemas de informação e comunicação; novas formas das relações entre capital e trabalho; transformações nas relações políticas e na institucionalidade; em nossa experiência de tempo e espaço; nas lutas dos novos movimentos sociais; e no modo como nos constituímos subjetivamente. Agregando contribuições de diferentes autores/as, uma descrição geral das rupturas inclui a descrença em relação às metanarrativas e aos significados universais e transcendentais, a crise das hierarquias - de conhecimentos, de culturas -, a crise da representação e o predomínio dos simulacros, a passagem do logocentrismo para o iconocentrismo, a fragmentação e descentramento da identidade, entre outros aspectos².

Por suas posições mais radicais, Lyotard e Baudrillard são os nomes mais vinculados à idéia da pós-modernidade: o primeiro enfatiza o colapso das metanarrativas que organizavam nossa visão de mundo, faz a apologia da diversidade e propõe, no âmbito do conhecimento, que não há uma razão, mas razões; o segundo detém-se em mostrar que vivemos num mundo de simulacros, da hiper-realidade. Para ele, todas as fronteiras diluíram-se - entre baixa e alta cultura, entre aparência e realidade; o real foi substituído por imagens e o referente vivido desapareceu (TASCHNER, 1999).

Partidário da heterogeneidade do social, Maffesoli (1998) propõe que a vivência pós-moderna constitui-se a partir do retorno ao local, da importância da tribo e da colagem mitológica: a referência ao local possibilitaria o sentimento de pertença, o vínculo; a solidariedade e proteção seriam promovidas no interior de grupos tribais que, em função de afinidades eletivas, multiplicar-se-iam; e, por fim, no interior das tribos desenvolver-se-iam pequenas narrativas específicas. Essas condições implicam a fragilização da identidade e a multiplicação das identificações em função do vínculo com diversas tribos. Nesta nova ordem, em que o eu só é em função do outro, a relação com o tempo também se altera: o que vale é o presente vivido com os outros em determinado lugar. *Carpe diem*, não há sentido em adiar, é o momento que deve ser desfrutado.

² Exploro algumas destas contribuições e conceitos ao longo do texto; para um maior aprofundamento sobre as diferentes perspectivas teóricas a respeito da pós-modernidade, ver Fridman (2000), Harvey (2000), Lemert (2000), Bauman (1999), Kumar (1999) e Taschner (1999) entre outros.

Castells (1999) focaliza outras questões para analisar a contemporaneidade. Para ele, que não trabalha com o conceito de pós-modernidade, mas de sociedade em rede, transformações estruturais atingem as relações de produção, de poder e de experiência a partir de três processos cruciais: a revolução da tecnologia da informação, a crise econômica do capitalismo e do estatismo (e suas reestruturações) e o apogeu de novos movimentos sociais. A transformação das relações de experiência está ligada à crise do patriarcalismo, gerada tanto por motivos de ordem econômica quanto pelo impacto dos novos movimentos sociais, como o Feminismo e as lutas de homossexuais. Segundo o autor, a contestação da autoridade patriarcal, que tem repercussões em todo corpo social, implica, na esfera privada, redefinições no âmbito da família, das relações de gênero, da sexualidade e da personalidade.

Fridman (2000), buscando compreender a subjetividade contemporânea, aborda a ansiedade humana em face das rápidas e profundas mudanças que se estão processando no cenário mundial nas últimas décadas; propõe que as causas sociais das oscilações e vertigens que nos afetam remetem à cultura, trabalho, globalização e à constituição da ordem pós-moderna. No seu diálogo com diferentes pensadores, aponta que, para o marxista Fredric Jameson, pós-modernismo e capitalismo da mídia são sinônimos; na contemporaneidade tudo é transformado em mercadoria a ser consumida. “O que se vê é a ‘estetização da realidade’ que promove a colonização do inconsciente e da natureza pelo mercado, traço fundamental do pós-modernismo” (p.71).

Esse autor também discute as reflexões de Zygmunt Bauman, que recorre às teses freudianas em *O mal-estar na civilização* para pensar a subjetividade pós-moderna e apontar no sentido do transitório, efêmero, descartável. Esse pensador propõe que o princípio do prazer reina e a identidade constitui-se acionada por desejos e prazeres cambiáveis, estando um passo além daqueles que a perseguem; os indivíduos são convocados a serem colecionadores de experiências e sensações.

A referência à globalização figura em muitas análises da contemporaneidade. Como afirma Giddens (2000), esta expressão, que até o final da década de 80 não era utilizada, instalou-se no seio do debate político, econômico e social. Para o autor, é um equívoco pensar que a globalização atua somente no nível do mercado, da economia: ela é política, tecnológica e cultural. Tributária do desenvolvimento dos sistemas de comunicação, ela possibilita a sensação de que todos vivem num mundo único e de que instantaneamente entramos em contato com o que está acontecendo – eventos, negócios, tendências – em qualquer canto do planeta. Entretanto, não se trata somente de ter acesso a maior

número de informações e recursos, conhecer o que se passa ao redor do mundo: tal processo incide sobre os sentidos que atribuímos às nossas vidas, sobre o modo de organização dos grupos sociais; implica mudanças de marcadores identitários, de vetores de subjetivação (BERNARDES e GUARESCHI, 2004).

Ao contrário do que se poderia pensar, a globalização não acarreta uma homogeneização global. Giddens (2000) aponta o ressurgimento de identidades locais como uma resposta às tendências globalizantes. A compressão tempo-espço, por exemplo, segundo Bauman (1999), é experimentada de formas diferenciadas - logo, diferenciadora. Diz que todos são confrontados com a lógica do consumo, mas que nem todos podem ser consumidores. Assim, as mesmas situações globais vão encontrar diferentes sujeitos em diferentes posições, produzindo efeitos díspares.

Enfocando os desdobramentos da globalização a partir de idéias desenvolvidas por Homi Bhabha, Bernardes e Guareschi (2004) apontam para o conceito de nomadismo. Ao invés de se referir à mobilidade no espaço-tempo, tal conceito remete à desterritorialização, à aproximação entre pessoas e culturas – perpassadas por convergências e atritos – que abrem possibilidades de composições identitárias e culturais. O encontro com as diferenças – face a face ou através da mídia – implica produção de novos sentidos, de hibridizações, de entre-lugares.

Segundo diferentes analistas da contemporaneidade, é via sistema midiático que pessoas de todos os recantos do mundo entram em contato com certos modos de viver. Contudo, pelo próprio caráter dos produtos culturais, não há como se veicular significações fechadas. Mesmo quando se propõem a serem lineares, mono-discursivos, tais produtos ‘dependem’ das pessoas, que farão leituras próprias, que produzirão sentidos a partir do que está sendo veiculado. Na atualidade, portanto, a mídia é um espaço de constituição de identidades e diferenças em que se travam lutas pela imposição de significações.

Ciências ‘não-modernas’³: o campo dos Estudos Culturais, Estudos Feministas e Estudos foucaultianos

A concepção da indissociação entre práticas culturais, produção discursiva e constituição de identidades/diferenças é uma das compreensões básicas desenvolvidas no campo dos Estudos Culturais, e tem alicerçado trabalhos que se propõem a analisar as condições contemporâneas e o processo de subjetivação em nosso tempo.

Esta perspectiva constituiu-se a partir da crítica às metanarrativas, aos significados universais e transcendentais e à representação - quando tomada como expressão de uma realidade objetiva - e funda-se na virada lingüística e na virada cultural⁴. Para compreendê-la, acredito ser importante refletir sobre as críticas que são dirigidas à noção de ciência moderna e apontar outras formas de produção de conhecimento engendradas nas últimas décadas do século XX.

Siqueira (1999) apoia-se nas reflexões de Boaventura Santos para discutir a ciência na contemporaneidade. A ciência, no que ele chama de paradigma científico tradicional, é considerada a única forma válida de conhecimento e funda-se na racionalidade cognitiva e instrumental, estabelecendo uma relação direta entre o progresso social e científico. Com base nas idéias de causalidade e de determinismo mecanicista, busca descobrir tanto as leis da natureza como as leis da sociedade e do funcionamento humano para poder prever os estados futuros dos fenômenos - seu objetivo é alcançar a Verdade.

Por paradoxal que possa parecer, é na esteira do conhecimento produzido nos próprios moldes modernos que este paradigma entra em crise. Os estudos da Física, Microfísica, Química e Matemática vêm colocando em questão alguns pilares da ciência moderna, como o rigor da medição e a distinção sujeito/objeto. Teorias, como a de Ilya Prigogine que problematiza os preceitos da Física clássica, propõem: a

³ Uso esta expressão para marcar certo distanciamento destas perspectivas em relação ao ideal moderno de ciência. Contudo, cabe assinalar que não se trata de uma ruptura total - pode-se dizer que nelas acontecem releituras do projeto moderno de ciência; não utilizei o termo pós-moderno, pois, apesar de alguns estudos poderem ser assim caracterizados, isto não seria válido para todos, tendo em vista a pluralidade de abordagens que cada um destes campos de estudos encerra.

⁴ A partir da virada lingüística, a linguagem deixa de ser vista como mera ferramenta para expressar o que está dado no mundo (uma forma de relatar ou transmitir com neutralidade os significados possuídos pelas coisas) e passa a ser concebida como atributiva: não há qualquer correspondência estreita entre as palavras e as coisas. Aquilo que se supunha ser fato natural - a ‘realidade objetiva’ - passa a ser considerado fenômeno discursivo. Assim, surge a noção de que a cultura só se torna possível na linguagem e pela linguagem.

história no lugar da eternidade; a imprevisibilidade em vez do determinismo; a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização e não o mecanicismo; em vez da ordem, a desordem (SIQUEIRA, 1999).

Ao mesmo tempo, as noções de autonomia, desinteresse, objetividade e neutralidade da ciência também vêm sendo postas em xeque. No âmbito dos Estudos Feministas, as pesquisas – temáticas de estudo e estratégias metodológicas – são assumidamente interessadas, buscam dar visibilidade e questionar as desigualdades sociais entre mulheres e homens, problematizando a idéia de um sujeito universal (dizendo que ele é homem, branco, ocidental, heterossexual) e ressaltando os jogos de poder que atravessam o social e a produção de conhecimento/saberes (LOURO, 1998; RAGO, 1998).

De forma similar, o deslocamento na noção de poder, operado na perspectiva foucaultiana, sua associação a campos de saber e a crítica pós-estruturalista às oposições binárias vão minar mais ainda a posição moderna de produção de conhecimento neutro, isento de relações de poder, e a crença em significados universais e transcendentais. De acordo com Silva (2000), parece ser irreversível o abandono das metanarrativas uma vez que estas falharam em fornecer explicações – universais e acabadas – para os complexos e multifacetados processos sociais e políticos do mundo. Segundo Santos (2001), estaríamos numa época de turbulências em que não se tem mais consensos quanto às formas de ser, fazer e pensar o mundo, tendo-se instalado uma grande desconfiança epistemológica em relação à ciência moderna.

As perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas são tomadas como uma possibilidade de caminho na construção de conhecimento. Silva (2000) diz que tais conceitos tendem a se confundir em função de estarem relacionados ao mesmo conjunto de contestações aos fundamentos do pensamento, filosofia, ciências sociais e artes. Contudo, apesar de serem conceitos amplos, o autor acredita ser interessante traçar algumas distinções. O pós-estruturalismo, termo mais restrito que pós-modernismo, remete a uma série de análises e teorias que ampliam e modificam pressupostos e procedimentos estruturalistas quanto à concepção da natureza e papel da linguagem. A ênfase estruturalista nos processos lingüísticos e discursivos mantém-se; contudo, o processo de significação é compreendido como instável, indeterminado, incerto. Pensadores como Foucault, Derrida e Barthes são identificados a esta perspectiva. Por outro lado, o conceito de pós-modernismo refere-se a uma ampla análise e contestação do projeto da Modernidade.

Veiga-Neto (1999) discute a relação entre ciência e pós-modernidade e caracteriza o pós-moderno como uma perspectiva que rejeita o pensamento totalizante, as metanarrativas iluministas, os referenciais universais, as transcendências e as essências, desbancando a razão moderna e buscando razões regionais, particulares. O movimento não seria tanto se colocar contra as metanarrativas, mas não se socorrer delas para pensar o mundo. A perspectiva pós-moderna subtrai do pensamento moderno seus próprios fundamentos, tidos como incondicionais e supra-históricos. O sujeito não é visto como origem e centro, mas como datado e localizado. “Isso tudo tem efeitos profundos sobre o entendimento acerca do conhecimento, na medida em que mudam as metodologias de análise, mudam as possibilidades de intervenção no mundo, mudam os problemas, mudam as promessas” (p. 56).

O campo dos Estudos Culturais surge justamente como uma forma de produzir conhecimento sem pretensões totalizantes. Sua origem é britânica e, nas últimas décadas, vem desenvolvendo-se em vários países, adquirindo feições próprias em cada contexto. A interdisciplinaridade é uma característica central deste campo, que estuda os aspectos culturais da sociedade contemporânea a partir da interseção de diversas disciplinas⁵. Nesta perspectiva, o conceito de cultura sofre uma torção e deixa de ser entendido como relativo aos produtos desenvolvidos por grupos sociais específicos e que os representam. A cultura passa a ser vista como uma prática que produz significados, constituindo-se como uma prática discursiva em que ocorre constante luta pela imposição de significações, pelo estabelecimento de regimes de verdade.

A conexão entre trabalho intelectual e político marca os Estudos Culturais, seja pela não subordinação aos limites disciplinares, pelo vínculo com os novos movimentos sociais ou por propor que a cultura, antes de dizer respeito aos domínios estético ou humanístico, está ligada

⁵ Acolhe, seletivamente, *insights* teóricos do marxismo e neomarxismo, teorias feministas, estruturalismo e pós-estruturalismo, psicanálise e pós-modernismo, numa espécie de alquimia para produzir conhecimento. Os primeiros trabalhos neste campo de estudos enfocavam produtos da cultura popular e dos meios de comunicação de massa; posteriormente, a questão da identidade, entre uma variedade de temáticas, também passou a ser estudada. A partir dos anos 80, sob influência de teóricos como Bourdieu e Foucault, os estudos neste campo já não contemplavam como antes as categorias de luta e resistência, o que, para alguns/mas analistas, representou o início da despoltização dos Estudos Culturais. Contudo, o que é visto como restritivo por uns/mas, pode significar o inverso para outros/as. “A desconstrução e o movimento de afastamento das oposições binárias, incluindo a dos inícios e dos finais absolutos, podem ser vistos aqui como uma abertura para uma nova forma de conceptualizar o campo político e criar um novo conjunto de métodos...” (MCROBBIE, 1998, p.42).

ao domínio político (COSTA, 2000). Assim, seu compromisso é “... examinar práticas culturais do ponto de vista de seu envolvimento com, e no interior de, relações de poder” (NELSON, TREICHLER e GROSSBERG, 1998, p. 11). A cultura é concebida como o *locus* onde se estabelecem divisões que implicam em desigualdades, onde acontecem os embates políticos: o espaço privilegiado em que ocorre a luta pela significação. A construção de identidade(s) passa a ser entendida como um processo que se forja discursivamente e que não pode ser pensado dissociado da produção simultânea de diferença(s).

O campo dos Estudos Feministas também tem a questão política como baliza. Em seus primórdios, o movimento feminista buscava a extensão dos direitos civis e políticos às mulheres. Em suas lutas, as feministas passaram a desenvolver uma série de perspectivas teóricas, cada qual propondo um sistema conceitual para entender a origem e a constituição dos sexos, da sexualidade e das relações de gênero, e os alicerces históricos e estruturais das desigualdades entre mulheres e homens, concebendo meios para buscar sua superação. Assim, como afirma Nye (1995) os refrões de igualdade e liberdade deram lugar a conceitos da economia marxista, da psicanálise e das teorias do significante. Os Estudos Feministas atravessam diferentes disciplinas – Sociologia, Psicanálise, História, Antropologia, Política, entre outras – e caracterizam-se pela pluralidade de abordagens.

Para Rago (1998), está acontecendo o movimento de constituição de uma (ou várias) epistemologia feminista. Ao lado de outras vertentes, o Feminismo participa da ampla crítica cultural, teórica e epistemológica da Modernidade, problematizando as categorias universais e a racionalidade que opera num campo ensimesmado, que parte da lógica da identidade, desconsiderando a diferença. O pensamento feminista opõe-se ao ideal de conhecimento objetivo ao trazer para a produção científica a subjetividade (por exemplo, quando propõe o envolvimento do sujeito com seu objeto de pesquisa - o que, incidentalmente, leva a uma nova relação entre teoria e prática). Ao mesmo tempo, enfatiza a historicidade dos conceitos e a coexistência de temporalidades múltiplas, abandonando a pretensão de alcançar uma verdade pura ou de constituir-se como a única possibilidade de interpretação dos fatos sociais.

Louro (2002), referindo a afirmação de Sandra Harding de que não há ciência normal – nos moldes de Thomas Kuhn – para as feministas, coloca que estudiosas/os têm construído este campo apesar e por causa de suas divergências, assumindo a instabilidade de teorias e categorias, tendo o auto-questionamento como marca e aprendendo a

operar com as incertezas. Apesar de buscar um outro modo de construir o conhecimento, Rago (1998) diz que seria ingenuidade pensar que a perspectiva feminista rompe totalmente com os modelos da ciência moderna: há rupturas, mas existem também permanências. Neste sentido, Nogueira (2001) aponta que alguns trabalhos buscam celebrar a natureza especial das mulheres, o que pode levar à idéia de uma 'essência' feminina.

A emergência da categoria gênero neste campo de estudos representou, para algumas/ns, uma virada epistemológica uma vez que mudou substancialmente o foco de análise: o objetivo deixou de ser a reflexão sobre as mulheres – sua psicologia, história, literatura – e passou a ser a construção social e cultural do feminino e masculino em meio a relações sociais de poder. A oposição binária masculino/feminino estava sendo questionada e abria-se espaço para problematizar cada um dos pólos, o que implicava considerar a sua diversidade nas articulações entre gênero, etnia, classe, geração (LOURO, 2002).

Os estudos de gênero e as indagações sobre as epistemologias feministas introduziram, ao lado de outros estilos de fazer ciência social, um estilo que desse mais lugar à reflexão sobre a subjetividade do(a) autor(a) e da construção das subjetividades do sujeitos sociais. Com certeza, sem deslocar o outro estilo mais objetivista, produziu-se outra forma de escrever ciência. O nós majestático ou a escrita sem sujeito tem a contraparte legitimada de um sujeito da ciência que se coloca e opta. Um novo estilo foi criado e legitimado a partir dessa crítica cultural. O feminismo com certeza é uma das vozes desse novo estilo (MACHADO, 1998, p. 125).

Diz-se que Foucault revolucionou a História. É correto, mas o alcance do seu trabalho vai muito além desta disciplina. Talvez o mais interessante sobre este pensador seja que ele revolucionava a si mesmo. Não só porque foi transformando sua perspectiva - a ponto de comentar de sua obra falar em três Foucault -, mas porque, ao longo de seus próprios textos, ele ia problematizando suas posições.

Como afirma Veiga-Neto (2003), não se pode atribuir a Foucault nem uma teoria nem um método, se tomarmos estas expressões no sentido que elas têm na ciência moderna: ele não indicou caminhos ou procedimentos a serem seguidos e cumpridos, tampouco nos legou um conjunto de proposições logicamente encadeadas, abrangentes, unificadoras. Na contramão do pensamento moderno, ele não buscou criar um sistema; ao contrário, é movido pela suspeita, pela crítica que

recai sobre o seu próprio trabalho. Em função disso, este pensador aliar-se-ia às perspectivas pós-modernas, em que se descartam as tentativas de totalização, de busca da verdade. Seu trabalho é desterritorializar, desfamiliarizar, levar ao estranhamento; sua perspectiva aponta que nenhuma questão tem resposta definitiva, acabada.

Contudo, como propõe Veiga Neto (2003, p. 27), “... dizer que Foucault dá as costas ao pensamento moderno não significa que ele descarte de todo o que a Modernidade e o Iluminismo construíram; e também não significa, muito menos, que ele vá *contra* o pensamento moderno”. O conceito de razão é ampliado: ela é pulverizada, distribuída em múltiplos lugares, concebida como contingente, histórica, construída, sendo deduzida de diferentes circunstâncias. Ele busca sim questionar a idéia unificadora e totalitária da razão e seu correlato, o “sujeito desde sempre aí” (p.131), dedicando-se a mostrar que o sujeito moderno é uma construção, uma invenção de um lugar/época. Suas pesquisas abordam três modos de subjetivação que transformam os seres humanos em sujeitos: sua objetivação no campo dos saberes e dos poderes, e a subjetivação de um indivíduo que pensa sobre si mesmo. Ortega (1999, p. 37) aponta deslocamentos de um eixo para o outro e dentro do mesmo eixo.

O primeiro deslocamento, no eixo do saber, vai da formação do conhecimento à análise das formas do dizer verdadeiro.

O segundo deslocamento, no eixo do poder, leva de uma teoria geral do poder ou do domínio à história e à análise dos procedimentos do pensamento governamental e de suas tecnologias.

O terceiro deslocamento, no eixo do sujeito, conduz do desligamento de uma teoria do sujeito a uma análise das modalidades e técnicas da relação consigo ou à história das diferentes formas de uma pragmática do sujeito.

Na leitura deleuziana, segundo Veiga-Neto (2003), a cada fase corresponderia uma questão: que posso saber, que posso fazer, quem sou eu? Contudo, cada fase não encerra uma teoria e um método - do discurso, do poder e da subjetivação. O que se encontra é uma sucessiva incorporação, com ampliação das problematizações e das formas de trabalhá-las.

No seu trabalho arqueológico – e depois no genealógico – Foucault busca as descontinuidades, as rupturas nos discursos não para fundar uma teoria baseada na descontinuidade, mas porque constata, em certos momentos e em certas ordens do saber, mudanças bruscas, que não coadunam com a imagem de continuidade, tão cara à ciência moderna. Ele pensa que não se tratam de correções de conteúdo, mas correspondem a uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros. Assim, “... não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global” (FOUCAULT, 2000b, p. 4).

Ele rompe com o conceito de verdade apregoado pela Modernidade, a saber, aquela que refletiria – ponto a ponto - a condição *mesma* de algum fenômeno, o desvelamento de sua essência ou natureza. Para este pensador, em todas as sociedades existem regimes de verdades que abarcam: discursos tomados como verdadeiros; mecanismos e instâncias que as distinguem do que é falso; técnicas para sua obtenção; pessoas a quem se dá a condição de falar sobre elas. Foucault (2000b, p. 13) propõe que a economia política da verdade tem como características:

...a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).

Nas próprias palavras de Foucault (2000a), as pesquisas genealógicas configuram-se como anti-ciências, críticas à tirania dos discursos englobantes da ciência moderna uma vez que ativam os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não-legitimados, contra a instância teórica unitária que os hierarquiza e ordena em nome de um conhecimento verdadeiro. Esta insurreição dos saberes não é contra conteúdos, métodos ou conceitos de uma ciência, mas principalmente

em oposição aos efeitos de poder centralizadores ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico em nossa sociedade.

Comentários finais

A vivência contemporânea tem-se mostrado muito complexa – os referentes que tínhamos até meados do século XX já não servem mais para compreendermos nosso tempo. Transformações e rupturas são exaustivamente assinaladas. O ponto de referência é o chamado projeto da Modernidade. Um mundo idealizado em que a história é vista como o caminho – linear e contínuo – em direção a um estágio mais evoluído da sociedade e do ser humano; em que se espera que o sujeito – dotado de razão – seja capaz de desvendar os mistérios da natureza e, através de procedimentos científicos objetivos, leve a humanidade ao progresso.

Contudo, tanto em termos de vivência subjetiva quanto em relação à almejada busca da verdade universal, a ‘promessa’ não se concretizou. A partir daí analistas da contemporaneidade começaram a lançar mão de conceitos – como o de pós-modernidade – para compreender nosso tempo, nossos modos de ser e estar no mundo, nossa possibilidade de produzir (algum) conhecimento. A crítica às metanarrativas, cada vez mais insuficientes para contemplar a pluralidade da experiência humana, é acompanhada pela ênfase na necessidade de pensar uma história não-linear, de contextualizar os fenômenos, de conceber a subjetivação como processual e aberta, de conceber o conhecimento como uma construção e não como uma verdade transcendental.

Em diferentes campos das ciências humanas e sociais constituem-se perspectivas que propõem uma outra forma de produzir ciência em que não se busca uma explicação – externa – para os acontecimentos, para os modos de ser. As noções de cultura, de discurso, de relações de poder e de subjetivação se enlaçam e questões até então tidas como ‘naturais’ são problematizadas. Abre-se espaço para discutir as diferenças, para a contextualização histórica, para a discussão da – presumida e ‘recomendável’ – neutralidade da produção científica.

Sem promessas de caminhos certos, aqueles/as que se aventuram abraçar tais perspectivas, devem estar cientes da necessidade de flexibilidade, de constante composição de novas alternativas conceituais e metodológicas e, principalmente, do compromisso de uma auto-crítica. Fundamental para não acabar caindo na armadilha de se transformar em um saber fechado, como são as metanarrativas tão criticadas.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BERNARDES, A.; GUARESCHI, N. A cultura como constituinte do sujeito e do conhecimento. In: STREY, M.; CABEDA, S.; PREHN, D. (Orgs.). *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 199-222, 2004.
- CASTELLS, M. *Fim de milênio*. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, M. C. Estudos culturais - para além das fronteiras disciplinares. In _____. (Org.). *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 13-36, 2000.
- FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 167-177, 2000a.
- _____. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 1-14, 2000b.
- FRIDMAN, L. C. *Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 2000.
- GIDDENS, A. *Mundo em descontrolo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LEMERT, C. *Pós-modernismo não é o que você pensa*. São Paulo: Loyola, 2000.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, C.B. (Orgs.) *Coletânea gênero plural*. Curitiba: UFPA, p. 11-22, 2002.
- MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? In *Cadernos Pagu*, n.11, p. 107-125, 1998.
- MAFFESOLI, M. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: *Revista FAMECOS*, n.8, jul, p. 7-14, 1998.
- MCROBBIE, A. Pós-marxismo e estudos culturais. In SILVA, T. T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 39-60, 1998.
- NELSON, C.; TREICHLER, P. A.; GROSSBERG, L. Estudos culturais: uma introdução. In SILVA, T. T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7-38, 1998.

NOGUERIA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. In: *Psicologia e Sociedade*, n. 13 (1), p. 107-128, jan/jun 2001.

NYE, A. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

ORTEGA, F. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, p. 21-41, 1998.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre. Vol. 26, nº1, Jun/jul. 2001.

SANTOS, B. S. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. In: *Educação & Realidade*, n. 26, v. 1, p. 13-32, jan/jun 2001.

SILVA T. T. O adeus às metanarrativas educacionais. In: _____. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 247-258, 2000.

SIQUEIRA, M. J. T. Refletindo sobre a noção de sujeito: alguns apontamentos. In: *Educação, Subjetividade e Poder*, n. 6, v. 6, p. 73-81, 1999.

TASCHNER, G. B. A pós-modernidade e a sociologia. *Revista USP*, São Paulo, n.42, p.6-19, 1999.

VEIGA-NETO, A. Ciência e pós-modernidade. In: LAZZAROTTO, V. A. *Teoria e história da ciência: intercâmbio latino-americano*. Caxias do Sul: UCS, p. 53-65, 1999.

_____. Michel Foucault e os estudos culturais. In COSTA, M. V. (Org.). *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 37-69, 2000.

_____. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WORTMANN, M. L. C.; VEIGA-NETO, A. *Estudos culturais da Ciência & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Inês Hennigen possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: subjetivação, mídia, educação, relações de gênero, identidade e paternidade.

E-mail: ihennigen@cpovo.net